

SAE – Superintendência de Abastecimento e Esgoto

ITUIUTABA-MG

Médio: Ajudante Administrativo, Encanador, Motorista
Operador de Bomba e Operador de ETA

NV-002JH-20



Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

SAE-Ituiutaba - MG - Superintendência de Abastecimento e Esgoto

Médio: Ajudante Administrativo, Encanador, Motorista
Operador de Bomba e Operador de ETA

EDITAL 001/2020

AUTORES

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco
Raciocínio Lógico e Matemático - Profº Bruno Chierigatti e Joao de Sá Brasil
Conhecimentos Gerais - Profª Roberta Amorim
Informática - Profº Ovidio Lopes da Cruz Netto e Carlos Quiqueto

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Aline Mesquita
Josiane Sarto

DIAGRAMAÇÃO

Dayverson Ramon
Higor Moreira
Willian Lopes

CAPA

Joel Ferreira dos Santos

EDIÇÃO JH/2020



www.novaconcursos.com.br

sac@novaconcursos.com.br

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos; denotação e conotação; figuras; coesão e coerência; tipologia textual.....	01
Significação das palavras.....	13
Emprego das classes de palavras.....	17
Sintaxe da oração e do período.....	57
Pontuação.....	68
Concordância verbal e nominal.....	72
Regência verbal e nominal.....	80
Estudo da crase.....	86
Semântica e estilística.....	90
Fonologia: conceito, encontros vocálicos, dígrafos, ortoépica, divisão silábica, prosódia, acentuação e ortografia.....	90
Morfologia: estrutura e formação das palavras, classes de palavras Sintaxe: termos da oração, período composto conceito e classificação das orações. concordância verbal e nominal; regência verbal e nominal. crase e pontuação.....	102
Semântica: a significação das palavras no texto; Interpretação de texto.....	102

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA

Princípio da Regressão ou Reversão. Lógica Dedutiva, Argumentativa e Quantitativa. Lógica Matemática Qualitativa Sequências Lógicas envolvendo Números, Letras e Figuras.....	01
Regra de três simples e compostas.....	46
Razões Especiais. Análise Combinatória e Probabilidade.....	48
Progressões Aritmética e Geométrica.....	55
Conjuntos: as relações de pertinência, inclusão e igualdade; operações entre conjuntos, união, interseção e diferença.....	59
Geometria plana e espacial.....	62
Trigonometria.....	72
Conjuntos numéricos.....	74
Equações de 1º e 2º graus.....	91
Inequações de 1º e 2º graus.....	94
Funções de 1º e 2º graus.....	97
Geometria analítica.....	104
Matrizes determinantes e sistemas lineares.....	112
Polinômios.....	119

CONHECIMENTOS GERAIS

Fatos e Notícias Locais e Nacionais, Em Seus Aspectos Históricos, Geográficos, Econômicos, Culturais e Sociais, Ligados à Atualidade, Divulgados nos Principais Meios de Comunicação, Impressos ou Digitais.....	01
--	----

SUMÁRIO

INFORMÁTICA

Conceitos e modos de utilização de aplicativos MS-Office 2010 para criação e edição de textos, planilhas e apresentações	01
Noções de Sistema operacional (ambiente Microsoft Windows XP, VISTA e 7).....	26
Conceitos e modos de utilização de ferramentas e procedimentos de internet, intranet e correio eletrônico (MS-Outlook).....	49
Conceitos de organização e de gerenciamento de informações; arquivos; pastas e programas.....	61
Conceitos de tecnologia de informação; sistemas de informações e conceitos básicos de Redes de Computadores e Segurança da Informação; Cópias de segurança backup;.....	61
Conceitos e técnicas de digitalização de documentos	71
Conceito e organização de arquivos (pastas/diretórios).....	72

ÍNDICE

CONHECIMENTOS GERAIS

Fatos e Notícias Locais e Nacionais, Em Seus Aspectos Históricos, Geográficos, Econômicos, Culturais e Sociais, Ligados à Atualidade, Divulgados nos Principais Meios de Comunicação, Impressos ou Digitais 01

FATOS E NOTÍCIAS LOCAIS E NACIONAIS, EM SEUS ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS, ECONÔMICOS, CULTURAIS E SOCIAIS, LIGADOS À ATUALIDADE, DIVULGADOS NOS PRINCIPAIS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, IMPRESSOS OU DIGITAIS

BRASIL 1º TRIMESTRE DE 2020

O Brasil e a democracia

O ano já começou com uma péssima notícia para os defensores da democracia. Segundo pesquisa do instituto Datafolha, caiu de 69% para 62% o percentual de entrevistados que declararam que a democracia é melhor que qualquer outra forma de governo. Nessa mesma pesquisa, subiu de 13% para 22% aqueles que afirmam não se importar se o governo é uma democracia ou uma ditadura. Uma boa forma de ir contra essa tendência é ter bem claro o que é uma democracia e o que é uma ditadura.

Já em relação ao Índice da Democracia de 2019, promovido pela revista *The Economist*, – que varia de 0 a 10 e leva em conta os critérios de Liberdades Cívicas, Cultura Política, Participação Política, Funcionamento do Governo e Processo Eleitoral e Pluralismo – a média global dos 167 países analisados caiu de 5,48, em 2018, para 5,44.

No caso brasileiro, caímos duas posições, passando a ocupar a 52ª posição no ranking global e o 10º lugar na América Latina. Quando o índice foi lançado, o país ocupava a posição 42. Em 2008, subimos para 41 e desde então temos caído no ranking. A atual nota brasileira é 6,86, o que coloca o país como uma Democracia Falha. O relatório completo se encontra disponível para download em inglês.

Brasil: a caminho da OCDE?

No dia 15 de janeiro, durante uma reunião da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, em Paris, os Estados Unidos entregaram uma carta aos demais membros apoiando que o Brasil seja o próximo a iniciar um processo de entrada na OCDE. Essa vem sendo uma das maiores bandeiras da política externa de Bolsonaro desde que foi eleito.

Em outubro do ano passado, os Estados Unidos haviam enviado uma carta semelhante à OCDE, mas apontando apenas Argentina e Romênia como os próximos países que deveriam entrar. Possivelmente, a vitória de Alberto Fernandez nas eleições na Argentina (que aconteceram em outubro), substituindo Macri (tradicional aliado de Trump) pode ter levado à mudança de postura estadunidense.

O que é ODCE

O que significaria a adesão do Brasil à Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE)?

Em maio de 2017, o Brasil enviou sua candidatura à membresia plena da Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE). Desde a década de 1990, o país já tem participado de diversos comitês de forma plena ou apenas como um observador, e assim se engajado em diversas atividades da instituição.

O que significaria, portanto, uma adesão plena à OCDE? Como isso modificaria a relação com a organização?

O que é a OCDE, como surgiu e como funciona?

A Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE) é uma organização internacional com sede em Paris, formada pelas maiores economias do mundo.

A OCDE atua como um think tank dedicado à pesquisa e estudos para o aconselhamento a respeito de políticas públicas nas mais diversas áreas, e à troca de experiências entre países membros e parceiros.

A origem da OCDE remonta à reconstrução da Europa no pós-guerra. Com o Plano Marshall – um plano em que os Estados Unidos enviou ajuda externa à Europa para a sua reconstrução após a Segunda Guerra Mundial – os países da Europa Ocidental criaram a Organização Europeia para a Cooperação Econômica (OECE) para coordenar a distribuição dos recursos de ajuda externa enviada pelos Estados Unidos ao continente europeu.

Além disso, a OECE propunha a remoção de barreiras tarifárias estabelecidas desde a Grande Depressão de 1929. A instituição era formada por 18 países europeus. Por meio do financiamento das chamadas importações essenciais, o objetivo da organização antecessora à OCDE foi a retomada do crescimento econômico e posterior o aumento de consumo da Europa Ocidental.

Superado esse momento, com a retomada do crescimento econômico europeu e o fim do Plano Marshall, teve-se em vista que a manutenção da estabilidade econômica dependeria conjuntamente dos rumos do desenvolvimento econômico global.

Assim, passaram-se a exigir reformas na estrutura da OECE, culminando com a Convenção de 1960, que criou a OCDE. Inicialmente, os membros da OCDE eram os mesmos 18 Estados europeus da antiga organização, somando-se outros 17 com o passar dos anos, como pode ser visto na tabela abaixo.

Com objetivos mais amplos que o da sua antecessora, a OCDE surge com vocação internacional para consolidar o modelo econômico liberal adotado pelos países desenvolvidos no pós-guerra, em complementação aos instrumentos do Banco Mundial, FMI e GATT.

O que mudou a partir da OCDE e das novas tendências mundiais?

Se o Plano Marshall marca a constituição do Sistema de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, a criação da OCDE pode ser considerada o marco para as relações de cooperação para o desenvolvimento Norte-Sul.

Isso porque esse realinhamento da cooperação para o desenvolvimento coincide com a eleição da pobreza como a temática mais importante da agenda desenvolvimentista das Organizações Internacionais.

Nesse sentido, passou-se a ter em vista que o crescimento econômico não significaria necessariamente o bem-estar e a redução das desigualdades, e que não poderia ser medido apenas pelo Produto Interno Bruto (PIB). É alinhada a essa visão que surgiu na década de 1960 a famosa crítica do ex-senador dos Estados Unidos, Bobby Kennedy, que afirmou que o PIB “mede tudo, exceto aquilo que faz a vida valer a pena”, e décadas mais tarde, a declaração da ex-presidente Dilma Rousseff de que “uma grande nação não se mede pelo PIB”.

Desse modo, a resignificação do desenvolvimento econômico levou às Organizações Internacionais de cunho desenvolvimentista a adotarem princípios de sustentabilidade, inclusão, e equilíbrio ao crescimento econômico.

Afinal, uma boa governança entre as instituições, garante o livre funcionamento do mercado, o cumprimento dos direitos de propriedade, e uma boa coordenação entre os setores público e privado, bem como o Terceiro Setor.

Assim, a OCDE, como uma organização geradora de conhecimento, passou a investir em técnicas de mensuração do desenvolvimento para atribuir categorias e prioridades aos países subdesenvolvidos que receberiam ajuda de países mais desenvolvidos por meio da cooperação.

Adesão do Brasil à OCDE, o que isso significaria?

Segundo o Ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes,

“A acessão do Brasil, nesse contexto, terá o mérito de conferir maior coerência e consistência à participação brasileira, enquanto permite que possamos melhor influenciar esses debates.”

Assim, desde maio de 2017, o Brasil procura a adesão à OCDE. Na época, o pedido formal foi assinado pelo Ministro de Relações Exteriores Aloysio Nunes e pelo Ministro da Fazenda Henrique Meirelles. Entretanto, o projeto não foi adiante – a instabilidade política e econômica do país pode ter sido o motivo.

Com a eleição de Jair Bolsonaro, o tema voltou à pauta brasileira. Já no início do seu mandato, o presidente viajou aos Estados Unidos para uma visita oficial a Donald Trump – a intenção era buscar apoio a entrada do país na OCDE. No momento, o presidente estadunidense chegou a declarar “que estava apoiando os esforços brasileiros para entrar na OCDE”.

Entretanto, os críticos do governo que o apoio saiu caro para o Brasil. Isso porque – em troca do apoio estadunidense – o Brasil aceitou abrir mão do status de país emergente na OMC (Organização Mundial do Comércio).

Sem ter sido investigado, Glenn é denunciado por procurador sob acusação de hackear a Lava Jato

O jornalista Gleen Greenwald, fundador do jornal The Intercept Brasil, foi denunciado pelo Ministério Público Federal junto a outras seis pessoas sob a acusação de hackeamento dos celulares de autoridades da República, como o Ministro da Justiça Sérgio Moro e o procurador Deltan Dallagnol.

Em 20 de dezembro do ano passado, a Polícia Federal encerrou o inquérito sobre o caso, inocentando Gleen Greenwald. Mesmo sem o aval da PF, o procurador do Ministério Público Federal, Wellington Oliveira, entendeu que Gleen, ao orientar por mensagem de texto o grupo de hackers a apagar mensagens, teria auxiliado no delíto. Confira mais detalhes na matéria completa da Folha sobre o caso.

Cabe agora à Justiça decidir se aceitará ou não a denúncia do MPF. Ela será analisada pelo juiz Ricardo Leite, da 10ª Vara de Justiça Federal de Brasília. Enquanto críticos de Gleen enxergam a denúncia a Gleen como justa, seus defensores a veem como um ataque à liberdade de imprensa. Confira mais sobre o que é liberdade de imprensa.

Gleen ficou conhecido internacionalmente com a divulgação dos casos de espionagem do governo dos Estados Unidos revelados pelo ex-agente da CIA e NSA Edward Snowden, pela qual ganhou um prêmio Pulitzer (maior prêmio do jornalismo mundial). No Brasil, tornou-se uma figura polêmica após a divulgação da série de reportagens “Vaza Jato”, na qual aponta, por meio de mensagens de texto obtidas de celulares de autoridades, uma suposta parcialidade da Operação Lava Jato. Confira as reportagens do The Intercept sobre a Vaza Jato.

Juiz de garantias, longe de estar garantido

Uma das medidas do Pacote Anticrime, sancionado no final de 2019, é o chamado Juiz de Garantias, que seria um segundo juiz do processo penal brasileiro. Suas funções seriam “controle de legalidade da investigação criminal” e “salvaguarda dos direitos individuais”.

Na prática, os processos penais passariam a contar com um juiz responsável por promover investigações e realizar decisões que dizem respeito a investigações, como pedidos de prisão preventiva, por exemplo, e outro juiz seria responsável pelo julgamento do caso.

O acúmulo dos dois papéis é uma das maiores críticas sofridas por Sérgio Moro, enquanto juiz da Lava Jato, nas reportagens do The Intercept citadas acima. Moro inclusive já manifestou publicamente suas críticas à figura do Juiz de Garantias. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por sua vez, defende a aplicação da figura.

No dia 15 de janeiro, o presidente do STF, Ministro Dias Toffoli, havia suspenso a aplicação da maior parte dos pontos sobre o juiz de garantias por 180 dias. Por sua vez, o Ministro Luiz Fux, próximo presidente do STF, no dia 22, passou por cima da decisão de Tófolli, suspendendo o Juiz de Garantias por tempo indeterminado.

Desmonte de um Super Ministério

Um dos rumores que perpassou o mês foi o de uma possível recriação do Ministério de Segurança Pública. Atualmente, a pasta da Segurança Pública está alocada no Ministério da Justiça (confira nosso texto sobre esse ministério), sob o comando de Sérgio Moro. Caso fosse recriada, a pasta poderia diminuir o poder de Moro e até foram levantados boatos de sua saída do governo.

De acordo com o jornal O Antagonista, Bolsonaro teria recebido pressões para a recriação do Ministério. Outra teoria, como trazido pela BBC, é a de que essa seria uma tentativa de enfraquecer Moro, que poderia ser adversário nas eleições de 2022.

No dia 24, enquanto fazia uma visita oficial à Índia, Bolsonaro voltou atrás em declaração anterior e descartou a recriação do Ministério da Segurança Pública no momento, assim como qualquer atrito com Moro.

Quanto a Moro, neste mês o ministro apareceu bastante na mídia, em entrevistas ao Roda Viva e ao Pânico. Entre os temas abordados em entrevistas, sua possível indicação ao STF foi vista por ele como uma "perspectiva natural e interessante".

Problemas no ENEM e SISU

Janeiro foi um mês complicado para o Ministério da Educação. Por um lado, o pouco divulgado novo processo de consulta popular do Future-se, que terminou no último dia 24/01/2020, pode representar avanços nas intenções do Ministério para as Universidades e Institutos Federais. Por outro, os problemas no Exame Nacional do Ensino Médio e no Sistema de Seleção Unificado colocaram em xeque a confiança do atual Ministro Abraham Weintraub e sua equipe em conduzir a pasta.

Aproximadamente 6.000 candidatos teriam percebido erros nas correções de suas provas que não haviam sido notados pelo MEC. Para a Folha, funcionários do MEC teriam afirmado que o resultado do ENEM não é 100% confiável. O SISU, sistema no qual os jovens utilizam suas notas para entrar nas universidades também foi contestado. No dia 24, foi acatado um pedido de liminar provisória da Defensoria Pública da União para que os resultados do programa não fossem divulgados. No dia 28, por sua vez, a liminar foi derrubada pelo STJ. Com a apresentação dos resultados, estudantes relataram erros para acessar a lista de espera dos cursos.

Em meio às críticas, aliados de Weintraub iniciaram uma campanha incentivando sua permanência.

O discurso de Goebbels e Regina Duarte

O então Secretário da Cultura, Roberto Avim, no dia 16 de janeiro, gravou um vídeo no qual fazia um discurso muito semelhante ao do braço direito de Hitler, o ministro da propaganda Joseph Goebbels, em 1933. Além do discurso, ao fundo do vídeo podia-se ouvir a ópera favorita de Adolf Hitler.

"A arte brasileira da próxima década será heroica e será nacional. Será dotada de grande capacidade de envolvimento emocional, e será igualmente imperativa posto que profundamente vinculada às aspirações urgentes do nosso povo. Ou então não será nada" (Discurso de Avim)

"A arte alemã da próxima década será heroica, será ferreamente romântica, será objetiva e livre de sentimentalismo, com grande páthos e igualmente imperativa e vinculante, ou então não será nada" (Discurso de Goebbels)

A aproximação ao discurso Nazista levou à demissão de Avim e a pedidos para que seja responsabilizado criminalmente. O acontecimento também levantou uma série de críticas ao governo pela escolha de Avim para o cargo. Confira nosso conteúdo sobre o que foi o Nazismo.

Para o lugar de Avim, Bolsonaro chamou a atriz Regina Duarte, conhecida por ser uma de suas maiores apoiadoras entre as celebridades. Mesmo criticada por alguns apoiadores de Olavo de Carvalho, Bolsonaro manifestou diversas vezes apoio a Regina, afirmando acreditar que ela será capaz de implementar as mudanças na Cultura esperadas por ele e seus apoiadores.

Reforma da Previdência não é perfeita, mas necessária, dizem economistas

Com a promessa de economizar R\$ 1,167 trilhão em dez anos, a proposta de reforma da Previdência anunciada pelo governo Jair Bolsonaro é mais ampla que as versões anteriores, tentadas durante o governo Michel Temer. Isso faz com que tenha pontos controversos, que, na visão de muitos, devem acabar revistos no Congresso, para onde a proposta segue agora. Por outro lado, a coloca no caminho certo no sentido de unificar os benefícios e eliminar os excessos que existem no sistema de hoje.

Não é reforma perfeita "É uma reforma perfeita? Nenhuma é, nem nunca será, mas não há dúvida de que ela é necessária", disse Paulo Tafner, economista pesquisador da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisa Econômica) e especializado em Previdência e contas públicas. "O Brasil tem um gasto previdenciário astronômico, em especial considerando que ainda é um país jovem e usa esses recursos para benefícios que vão, em grande parte, para as classes mais altas. O grande mérito dessa proposta é que ela abrange mudanças em todos os grupos".

Equiparação de direitos

A criação de regras de aposentadoria que servirão, igualmente, para a grande maioria dos trabalhadores, está entre os principais méritos da nova reforma.

Trabalhadores da iniciativa privada, servidores públicos e até políticos, cada um com seu sistema próprio hoje, passam a seguir a mesma exigência de idade mínima --65 anos para homens e 62 mulheres--, além de terem ampliado o tempo mínimo de contribuição necessária. "É uma proposta que iguala as aposentadorias de todos os civis, o que reduz os privilégios", disse o professor da PUC-RJ José Márcio Camargo, que também foi economista responsável pelo programa da candidatura à Presidência do ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles. A unificação de regras também extinguiu as duas possibilidades que existem hoje para os beneficiários do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), que podem optar pela aposentadoria por idade, com um mínimo de 15 anos de contribuição, ou por tempo de contribuição, sem idade mínima. Todos passariam a cumprir as mesmas idades (65 e 62 anos) e o tempo mínimo de contribuição de 20 anos.

Urgência nas contas públicas

Segundo projeções do governo, a reforma tem potencial de reduzir os gastos com Previdência em R\$ 1,167 trilhão em uma década, em comparação com economia de R\$ 400 bilhões projetada com a primeira reforma, no governo Temer.

A dívida pública atualmente representa 77% do PIB, um patamar alto para países emergentes, e a cada vez que o governo fecha o ano no vermelho, com déficit primário, ela cresce mais. Isso, afirmou Camargo, significa não só menor credibilidade para o país no cenário internacional, o que faz os juros serem mais altos, como também compromete a capacidade do governo de ampliar e investir em outras áreas, como saúde, educação ou infraestrutura.

Pontos polêmicos

Para outro grupo de especialistas, a reforma da Previdência, como foi proposta, cria critérios que dificultam o acesso, reduzem os valores dos benefícios e podem ser prejudiciais, em especial para as famílias mais pobres. É o caso, por exemplo, da exigência mínima de 20 anos de contribuição, que muitos não conseguem atingir, regras mais duras na aposentadoria rural e reduções nos valores de pensões e auxílios. "Há alguns pontos controversos, alguns trabalhadores terão capacidade contributiva, outros não", disse Paulo Tafner, da Fipe

Previdência, reformada, mas ainda deficitária

Mesmo com a Reforma da Previdência aprovada no último ano, a previdência brasileira terminou 2019 com o seu maior rombo da história. O valor chegou a 318,4 bilhões, 10% maior que o de 2018. A expectativa do governo é a de que em 2020 os efeitos da Reforma sejam sentidos, diminuindo o déficit até o fim do ano.

Crise no INSS: saiba quem são os mais prejudicados com os atrasos

Com a atual crise no INSS, no qual milhares de trabalhadores esperam para ter direito aos benefícios de aposentadoria e Previdência, a recomendação para este público é de entrar com recursos administrativos.

Os números divulgados pelo Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS) é que cerca de 120 mil recursos administrativos estão parados aguardando o cumprimento de diligências do INSS. Números detalhados em recursos foram divulgados na última quinta-feira (23), com a publicação no Diário Oficial da União.

Ainda de acordo com o CRPS, estimativa-se que aproximadamente 80% dessa demanda seja relativa a benefícios por incapacidade, a exemplo da aposentadoria por invalidez e auxílio-doença.

Este público, por sua vez, torna-se o maior prejudicado com a crise do INSS. Atualmente são quase 2 milhões de pessoas, incluindo diversos procedimentos, esperando para ter acesso ao benefício.

O número representa os que estão aguardando por mais de 45 dias para obter o benefício, o prazo que é estipulado por lei como limite para concessão.

O número de recursos administrativos parados é um reflexo de quando o INSS nega um pedido de benefício, nos casos, por exemplo, de observar que a pessoa não cumpre os requisitos necessários para obtê-lo ou por falta de documentação.

Mas há casos em que o segurado aguarda há mais de um ano pela decisão sobre o recurso e acaba recorrendo à Justiça para a análise de seu pedido.

Especialistas detalham que para os beneficiários que entram com pedidos de incapacidade, é importante que a pessoa deixe claro quando a invalidez tiver ocorrido antes da promulgação da reforma da Previdência, em 13 de novembro de 2019.

Por isso, nestes casos, se for declarada incapacidade permanente, o cálculo será feito com as regras antigas, que são mais vantajosas.

Cenário de crise no INSS

A situação começou quando a plataforma para concessão dos benefícios, o Meu INSS, ficou super lotada e não conseguiu se atualizar com as novas regras da Previdência.

O órgão pontua que os sistemas de concessão de benefícios estão tendo que ser atualizados para adequar-se às novas regras. Tendo em vista que, os cálculos não são realizados de forma manual.

Governo tem anunciado nas últimas semanas ações que possam compor a força-tarefa para tentar zerar a fila de espera dos pedidos do INSS até dezembro deste ano.

Governo aumenta para 2,40% previsão de alta do PIB em 2020

O Ministério da Economia elevou nesta terça-feira (14/01/2020) a sua previsão para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,32% para 2,40% em 2020. A projeção está no Boletim Macroeconômico, divulgado pela Secretaria de Política Econômica.

Para o ano de 2019, cujo resultado ainda não foi divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a previsão da área econômica de crescimento passou de 0,90% para 1,12%.

O mercado financeiro, por sua vez, estima uma alta de 1,17% para o PIB de 2019, de 2,3% para 2020 e de 2,5% para 2021. As previsões foram colhidas pelo Banco Central na semana passada, em pesquisa com mais de 100 instituições financeiras.

"No segundo semestre de 2019, a economia brasileira apresentou sinais mais fortes de recuperação do ritmo de crescimento da atividade. Houve aumento do emprego e da renda, com consequente redução da taxa de desocupação", informou o Ministério da Economia.

De acordo com a área econômica, as reduções da taxa básica de juros, atualmente na mínima histórica de 4,5% ao ano, devem começar a produzir efeitos na atividade econômica no primeiro semestre deste ano, "especialmente a partir do segundo trimestre".

Inflação

Segundo o estudo da Secretaria de Política Econômica, a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial, a expectativa para este ano passa de 3,53% para 3,62%.

Na semana passada, o mercado financeiro estimou um IPCA de 3,58% para 2020.

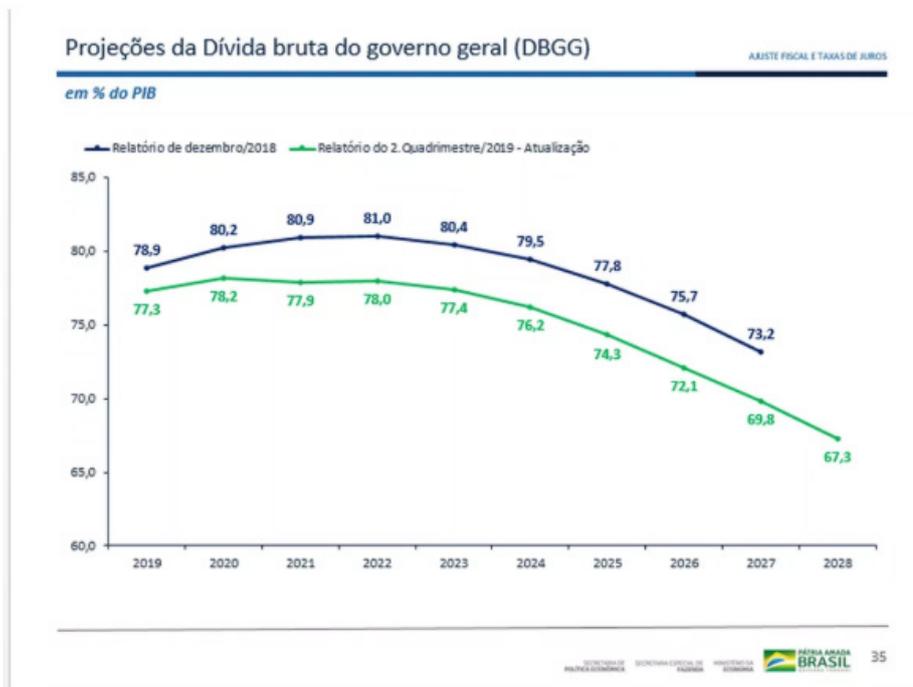
A expectativa de inflação do mercado para este ano segue abaixo da meta central, de 4%. O intervalo de tolerância do sistema de metas varia de 2,5% a 5,5%.

A meta de inflação é fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou reduz a taxa básica de juros da economia (Selic).

No ano passado, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do Brasil, fechou em 4,31%, acima do centro da meta para o ano, que era de 4,25%. Foi a maior inflação anual desde 2016.

Dívida pública

O secretário-especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, informou que a área econômica passou a projetar uma dívida pública menor, na proporção com o Produto Interno Bruto (PIB), nos próximos anos.



Expectativa do Ministério da Economia para a dívida bruta — Foto: Reprodução de apresentação do Ministério da Economia

Segundo o secretário, a expectativa anterior do governo, de que a dívida bruta, em relação ao PIB, atingisse o patamar de 80% nos próximos anos, não mais se concretizará. A expectativa é de que a dívida avance para 78% do PIB, em 2022, e recue nos anos seguintes.

“Ao longo de 2020, a nossas estimativas é de que [a dívida] flutuará, com pequena elevação, alguns meses com pequena redução, mas não ultrapassará 80% do PIB temos uma trajetória declinante para dívida bruta em percentual do PIB”, informou.

De acordo com ele, o esforço fiscal necessário para estabilizar a dívida está menor do que o governo previa anteriormente, de um superávit primário (receitas menos despesas, sem contar juros da dívida pública) de 2% do PIB. Segundo ele, esse valor recuou para cerca de 1% do PIB.

Waldery Rodrigues acrescentou, porém, que o governo não pode abandonar a agenda de “consolidação fiscal” e de reformas econômicas.

“A agenda de transformação do estado segue com a reforma administrativa e tributária, além da aceleração do processo de privatização. E todas casam com a diretriz básica de cuidarmos do resultado nominal [das contas públicas, após a contabilização dos juros]”, concluiu ele.

(Fonte: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/01/14/governo-aumenta-para-240percent-previsao-de-alta-do-pib-em-2020.ghtml>)

Janeiro de 2020 já é o mês mais chuvoso da história de BH

O temporal que desfigurou Belo Horizonte e região na noite dessa terça-feira (28) alçou janeiro de 2020 a um patamar sem precedentes.

Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), o volume de chuva do período é o maior em 112 anos, quando a série histórica teve início. Foram 932,3 mm, número que supera os 850,3 mm registrados em janeiro de 1985 - maior média mensal até então.